A POÉTICA SOCIAL NO ESTADO-NAÇÃO

NIVIO CAIXETA DO NASCIMENTO
Doutorando em Antropologia/UnB

Em 1997, o antropólogo britânico Michael Herzfeld, professor da Universidade de Harvard, lança *Cultural Intimacy: Social poetics in the Nation-State*, um livro cujas reflexões teóricas e interpretativas são resultado de mais de 25 anos de pesquisa etnográfica na Grécia*. Apesar de apoiar-se principalmente em dados colhidos na ilha de Creta, as proposições do autor vão na direção de uma teoria abrangente da poética social para o estudo do Estado-Nação.

Os artigos, em sua maioria, foram publicados anteriormente em revistas e coletâneas entre 1986 e 1995 — exceção feita à introdução e à conclusão, especialmente escritas para *Cultural Intimacy*. Com algumas alterações na redação inicial, cada capítulo apresenta temas correlatos, embora nem sempre tratados sob a mesma conceituação. Essas diversas reflexões vão ser interligadas pelos conceitos de intimidade cultural e poética social, que são os fios condutores da proposta teórica de Herzfeld.

Em primeira instância, o livro é uma defesa da pesquisa etnográfica nos estudos de grande escala. Daí a intimidade cultural: detalhes marginais ou íntimos podem fornecer o caminho para a interpretação de realidades mais amplas como o Estado-Nação. Em linhas gerais, a intimidade cultural implica uma intrusão do antropólogo nos bastidores das fachadas de uniformidade nacional. Bastidores que revelam justamente estratégias das fachadas da moralidade estatal na construção da identidade nacional, mostrando possibi-

* HERZFELD, Michael. 1997. *Cultural Intimacy: Social Poetics in the Nation-State*. London/ New York: Routledge. 226 p.

lidades e limites do dissenso criativo. Deste modo, a etnografia, ao trabalhar na intimidade de coletivos como o Estado-Nação, enfoca contextos onde os significados da nacionalidade são constantemente renegociados na interação social — momentos em que a identidade nacional ou étnica pode implicar um reconhecimento constrangido, difícil e desagradável.

Na introdução, Herzfeld faz questão de frisar que a poética social não tem nada a ver com o romantismo de ver poesia na vida social. Antes, ela é definida por um engajamento de atores sociais e agentes estatais em usos e reformulações do idioma oficial do Estado-Nação, num jogo de poder oposicional, mas que se apóia em símbolos comuns que são usados e interpretados diferentemente, de acordo com interesses e recursos dos atores.

Assim, o que pode parecer à primeira vista trivial ou secundário, promete revelar usos da forma cultural como uma espécie de disfarce para a ação social e seu conteúdo. Nesta perspectiva, as ideologias estatais de nacionalidade e a retórica da vida cotidiana são similares tanto nas suas reivindicações quanto nos seus objetivos. Ao mesmo tempo em que atores fazem uso da moralidade estatal para atender a interesses pessoais e locais, o Estado utiliza metáforas de parentesco para legitimar-se na nacionalidade oficial. Como qualquer pessoa, o Estado-Nação — definido como um complexo de pessoas e papéis — mantém a intimidade cultural de tentar construir uma identidade permanente e homogênea paralelamente a constantes ajustamentos estratégicos ao contexto social, político e histórico.

Ainda na introdução, Herzfeld vai recorrer ao conceito sociolingüístico de dissemia para definir a poética social. Ao contrário da diglossia, que traça uma divisão radical entre a vida cotidiana e a formalidade estatal, a dissemia coloca o vernacular e o oficial como códigos que são negociados e usados na interação cotidiana. Trata-se, portanto, de uma justaposição de formas culturais oficiais e vernaculares onde "a oposição é parte do código e não do mundo social que o usa" (: 14). Sob este prisma, a separação conceitual da diglossia entre o oficial e o vernacular é uma construção simbólica, já que qualquer um — atores sociais, agentes estatais, burocratas, acadêmicos e outros — pode usar ambas as formas culturais em reivindicações ou interesses políticos. Posto de outro modo, Herzfeld está falando de códigos culturais com formas e significantes aparentemente fixos, que são

simultaneamente fluidos, na medida em que ganham conteúdo e significado nas interações e práticas sociais[1].

Assim, a poética social trata primordialmente de processos de reificação e essencialização *difusamente presentes* na vida social, numa perspectiva em que "as normas são tanto perpetuadas quanto retrabalhadas através da deformação de convenções sociais na interação cotidiana" (: 35). Nesta direção, todo processo de essencialização apresenta um efeito de iconicidade, ou seja, implica sempre uma reificação de atores sociais em identidades e papéis culturalmente codificados. A aparente fixidez da iconicidade — uma das facetas da poética social — é concomitante a uma moralização fluida, por ser culturalmente constituída e definida na interação social.

Este é o tema do capítulo 2 — *Of definitions and boundaries* — onde Herzfeld vai tratar a identidade nacional a partir da noção de ilusão semiótica, outro conceito ligado à poética social. Parte da proposição de que todo o conhecimento humano é mediado por signos e, por isso, é, em algum nível, uma construção. Destarte, o Estado-Nação e a identidade étnica têm a mesma característica de serem uma ilusão semiótica, cujo caráter de uniformidade e fixidez é constantemente ameaçado, reconstruído e renegociado nas interações e conflitos cotidianos.

Outro ponto importante do livro é que a retórica estatal da nacionalidade sempre apresenta uma preocupação com a pureza e a poluição de suas representações.

> A linguagem de identidade nacional ou étnica é na verdade uma linguagem de moralidade. É um discurso codificado sobre inclusão ou exclusão. Assim como esses tipos de sistemas, está sujeita à manipulação na vida cotidiana. Por essa razão, uma crítica semiótica do nacionalismo deve examinar o processo por meio do qual o nacionalismo investe certos tipos de identidades com uma rigidez que elas não possuem no discurso cotidiano. Estas identidades são termos morais que são marcas negociáveis de inclusão e exclusão social ou cultural [: 43; minha tradução].

---

1. Nesse sentido, Márcio Goldman aponta para uma questão que sempre dividiu a antropologia anglo-saxã: "Como se sabe, são inúmeros os debates opondo o privilégio concedido às relações sociais pela antropologia social britânica, e o peso dos valores culturais enfatizado por boa parte da antropologia cultural norte-americana. O problema central de Herzfeld é justamente a investigação etnográfica do modo pelo qual os 'valores' são agenciados na prática das 'relações sociais'" (Goldman 1998: 150).

Novamente, vemos a defesa da intimidade cultural: o en0focar grupos, contextos e identidades marginais traz a tona inconsistências da retórica estatal sobre a identidade nacional.

Na mesma direção, o capítulo 3 — *Persuasive resemblances* — volta-se para os usos da iconicidade na ação social. É importante notar que Herzfeld não está falando de ícone, mas de iconicidade: processos por meio dos quais a permanência e a reificação são elaboradas na prática. Não se trata de uma mudança nos signos, mas do uso dos signos, já que "a iconicidade não existe; ela é trazida à existência" (: 56). A poética social requer, portanto, um olhar sobre o contexto social, cultural e político onde atores e fontes oficiais da ideologia estatal se engajam na produção da iconicidade. Seguindo o mesmo caminho, no capítulo 4 — *The dangers of metaphor* — Herzfeld trata a identidade nacional como uma metáfora que traz mais distanciamento do que integração. O argumento é muito complexo para resumir aqui, mas a idéia central é que a identidade étnica é um conceito altamente relativo que a moralidade política do nacionalismo — concebida como uma doutrina da reificação — tenta transformar num conceito absoluto.

A poética social também se liga à nostalgia social, conceito que é o tema central do capítulo 6. Sempre privilegiando o enfoque de baixo para cima, a partir das ideologias do juramento entre pastores das aldeias montanhesas em Creta, Herzfeld analisa esse modo de discurso inerente a todo Estado-Nação. A nostalgia estrutural trata de representações coletivas de um passado idealizado, caracterizado por uma reciprocidade quase perfeita nas relações sociais, um tempo onde não era necessária a intervenção estatal na vida social, em contraposição a um presente corrompido pela reciprocidade perdida.

Para o Estado-Nação, o discurso legitima sua intervenção na vida cotidiana para restabelecer uma ordem originariamente perfeita. Para os cidadãos e agentes estatais, a perda dessa pureza originária torna o engajamento e a intrusão do Estado aceitáveis, pelo menos, de uma perspectiva pragmática.

> No discurso da nostalgia estrutural, podemos ver uma área onde as partes em tensão podem achar um aparente chão comum, cada uma interpretando os signos da comunalidade de maneira que sirvam aos seus respectivos anseios, e nenhuma

realmente apreciando a extensão em que diferem — uma ilustração perfeita da ilusão semiótica da iconicidade" [: 115].

Logo, a nostalgia estrutural é sempre um discurso ambivalente sobre o Estado-Nação: ao tempo mesmo em que é uma força estrangeira e intrusiva no nível local, ele é também a possibilidade de solução para problemas privados e locais, bem como a justificativa para práticas e estratégias na interação social.

Na minha opinião, o ponto forte do livro é a questão do uso de estereótipos na agência. Trata-se de um tema que permeia todos os capítulos, mas que é diretamente trabalhado no capítulo 8 — *The practice of stereotypes*. Aqui, há uma crítica contundente de Herzfeld àqueles que negam ou diabolizam os estereótipos mesmo constatando sua presença ubíqua na vida social. Como alerta o autor, "não é necessário endossar estereótipos para estudá-los com uma dose de auto-reconhecimento angustiado; e fazer isso pode ser um atestado de boa fé melhor do que todas as declarações anti-racistas no mundo" (: 156).

Herzfeld propõe entender os estereótipos de dentro, a partir da intimidade cultural propiciada pela perspectiva antropológica. Nesta direção, o estereótipo acaba por se configurar mais como um meio de conhecimento que informa práticas e interações sociais do que algo pejorativo que deve ser negado e evitado.

Para ele, estereótipo é conhecimento, isto é, sempre há a redução de algo muito mais complexo a uma inconidade manejável, de modo que Estado-Nação, agentes estatais, acadêmicos, burocratas e outros atores sociais, sempre se vêem envolvidos com ilusões semióticas de homogeneidade, efeitos de iconicidade e retóricas de essencialização. "O ato de estereotipar é, por definição, redutivo e, como tal, ele sempre marca a ausência de alguma propriedade desejável no seu objeto. O estereótipo é, portanto, uma arma discursiva de poder" (: 156-7).

Contudo, "as coisas são o que parecem ser". Resgatando a perspectiva do livro *Anthropology Through the Looking-Glass* (Herzfeld 1987), Herzfeld vê uma estranha coincidência nos essencialismos do nacionalismo e da antropologia: ambos negam os estereótipos ao mesmo tempo em que os produzem.

Apoiando-se então em Giddens (1989), Herzfeld propõe um *militant middle ground* no sentido de reconhecer o estereótipo na produção do co-

nhecimento antropológico sem, contudo, "jogar for ao bebê com a água do banho". Com *middle* ele quer dizer que a agenda da antropologia deve envolver um papel de mediação entre estruturas de poder ligadas ao Estado-Nação e o cotidiano, o vernacular, o local e o particular. A etnografia deve trabalhar entre limites "dissêmicos" dispostos num continuum, ao invés das dicotomias fixas, polarizadas e reificadas da diglossia.

No entanto, se todo conhecimento reduz e reifica, a antropologia deve ser crítica e militante, deve estar atenta para a produção de essencialismos e polarizações trabalhando no meio dessas dicotomias. Neste sentido, a agenda de Herzfeld também implica respeitar as intimidades que invadimos e pensar nas conseqüências do que revelamos. Afinal, se a intimidade cultural revela o blefe do poder formal do Estado em forjar uma identidade nacional homogênea, ela também pode servir aos interesses estatais para estabelecer políticas locais. Basta pensar nos inúmeros exemplos dos usos do conhecimento antropológico para fins coloniais.

Com *ground*, como já foi dito, Herzfeld quer destacar a importância do trabalho de campo e dos detalhes marginais na produção do conhecimento sobre realidades mais amplas como o Estado-Nação. A teoria não pode se desvincular da prática e vice-versa.

Para aqueles menos familiarizados ou menos afeitos a uma antropologia interpretativa, um dos pontos problemáticos talvez seja a pouca atenção dada às estruturas de poder mais amplas do Estado num trabalho que se propõe diluir a polarização entre macro e micro. Na maioria das vezes, o Estado-Nação aparece como uma grande metáfora com quase nenhuma "realidade objetiva".

Todavia, como esta resenha é uma síntese de *Cultural Intimacy* e como não se deve julgar o autor sem conhecê-lo, é fundamental ler o livro. Com efeito, Herzfeld apresenta opções conceituais e questões instigantes para aqueles que, na pesquisa antropológica, em alguma medida sempre se vêem enfrentando os dilemas postos pela construção oficial da nacionalidade vis-à-vis identidades locais.

IBLIOGRAFIA

GIDDENS, Anthony. 1989. *A Constituição da Sociedade*. São Paulo: Martins Fontes.

GOLDMAN, Marcio. 1998. Resenha do livro *Cultural Intimacy: Social poetics in the Nation-State*. *Mana* 4(2): 150-153.

HERZFELD, Michael. 1987. *Anthropology Through the Looking-Glass: Critical ethnography in the margins of Europe*. Cambridge: Cambridge University Press.